



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ENG RAPHAEL ALVES LEITÃO

INDEPENDÊNCIA OU MORTE:
UMA ANÁLISE DE COMO SE FORMOU A FORÇA ARMADA NECESSÁRIA PARA
A CONQUISTA DE UM BRASIL INDEPENDENTE

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ENG RAPHAEL ALVES LEITÃO

INDEPENDÊNCIA OU MORTE:
UMA ANÁLISE DE COMO SE FORMOU A FORÇA ARMADA NECESSÁRIA PARA
A CONQUISTA DE UM BRASIL INDEPENDENTE

**Rio de Janeiro
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEX - DESMIL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)
ASSESSORIA DE PESQUISA E DOCTRINA / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Eng RAPHAEL ALVES LEITÃO**

Título: **INDEPENDÊNCIA OU MORTE: UMA ANÁLISE DE COMO SE FORMOU A FORÇA ARMADA NECESSÁRIA PARA A CONQUISTA DE UM BRASIL INDEPENDENTE**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em História Militar, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
LUIS AUGUSTO LOPES JUNIOR – Cap Presidente da Comissão	
FRANCISCO HAMILTON DE SOUSA JUNIOR – Cap 1º Membro	
ELVIS BARBOSA DE LIMA – Cap 2º Membro e Orientador	
RAPHAEL ALVES LEITÃO – Cap Aluno	

INDEPENDÊNCIA OU MORTE: UMA ANÁLISE DE COMO SE FORMOU A FORÇA ARMADA NECESSÁRIA PARA A CONQUISTA DE UM BRASIL INDEPENDENTE

Raphael Alves Leitão¹
Elvis Barbosa de Lima²

RESUMO

A força terrestre brasileira tem, no berço português, a sua origem. Características, armamentos, uniformes e organização são heranças que ficaram arraigadas em sua história e contribuíram para a sua evolução. No entanto, o Exército Brasileiro, como conhecemos hoje, teve, nas suas origens, uma estruturação de certa forma feita às pressas.

Após declarado o intuito brasileiro de se desvencilhar dos laços com Lisboa e estando o Brasil ocupado com diversas unidades do Exército Português, o recém-criado Império precisou organizar uma força armada capaz de confrontar o poder militar lusitano e consolidar a independência. Porém, a situação não era das melhores, em 1822, o Brasil encontrava-se com seus cofres públicos vazios, a sociedade ideologicamente dividida e suas forças armadas modestas e primitivas.

Algo deveria ser feito. E rápido! Sendo assim, as principais medidas adotadas pelo Imperador D. Pedro I foram o aliciamento de oficiais portugueses, a contratação de mercenários estrangeiros e a intensificação das diversas formas de recrutamento da época.

A transformação do Brasil colônia em uma nação independente custou o sangue de muitos brasileiros e defensores dos interesses da nação. O grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, apenas oficializou o processo de construção do grande quebra-cabeça brasileiro, um processo incerto, árduo e longo.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Exército Imperial. Guerras de Independência do Brasil. 1822. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

The brazilian terrestrial force has, in the portuguese cradle, its origin. Characteristics, armaments, uniforms and organization are inheritances that have become deeply rooted in its history and contributed to its evolution. However, the Brazilian Army, as we know it today, had, in its origins, a structuration of some form made in haste.

After declaring the intention to break the relationship with Lisbon and Brazil being occupied with several units of the Portuguese Army, the newly created Empire needed to organize an armed force capable of confronting lusitanian military power and consolidating independence. However, the situation was not the best, in 1822, Brazil found itself with its empty public coffers, ideologically divided society and its modest and primitive armed forces.

Something should be done. And fast! Thus, the main measures adopted by the Emperor D. Pedro I were the enticement of portuguese officers, the hiring of foreign mercenaries and the intensification of the various forms of recruitment of the time.

The transformation of Brazil into an independent colony cost the blood of many brazilians and defenders of the nation's interests. The cry of Ipiranga, on September 7, 1822, only officialized the process of building the great brazilian puzzle, an uncertain, arduous and long process.

Keywords: Independence of Brazil. Imperial Army. Wars of Independence of Brazil. 1822. Brazilian Army.

¹ Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

² Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2008.

1 INTRODUÇÃO

No início do século XIX, o cenário social brasileiro não era dos melhores. Portugal cultivava uma colônia analfabeta e isolada das informações externas. Tudo o que pudesse afetar negativamente o rigoroso controle da metrópole era proibido ou censurado, como a indústria gráfica, a circulação de livros, a educação e até o direito de reunião. O fato de que a cada cem indivíduos menos de dez eram alfabetizados é impressionante.

Na falta de estatísticas sobre a educação no Brasil nessa época, a taxa de analfabetismo só pode ser estimada por referências indiretas. No primeiro censo populacional realizado em São Paulo no governo de D. João VI, em 1818, só 2,5% dos homens adultos da cidade sabiam ler e escrever. Esse percentual extrapolado para o restante da população, composta em sua maioria por escravos, mulatos e negros forros, indica uma taxa de analfabetismo total próxima de 99% (GOMES, 2010, 53-54).

O isolamento promovido pela metrópole não impediria que as ideias revolucionárias advindas do iluminismo, fomentadas pela Revolução Francesa e pela Independência Americana, chegassem ao Brasil. A revolução tecnológica desencadeada pela Revolução Industrial contribuiu para que o isolamento e o atraso brasileiro fossem gradativamente vencidos pelo encurtamento das distâncias das informações. Clandestinamente essas ideias estariam por trás da Inconfidência Mineira, da Conjuração Baiana, em 1798, da Revolução Pernambucana, em 1817, e da própria Independência, em 1822, além de diversos outros conflitos internos.

De certa maneira, foram os próprios portugueses que construíram a Independência do Brasil. O tão famoso Grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, foi apenas uma resposta ao processo que se iniciou com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808 (Figura 1).

Logo após sua chegada e durante os 13 anos seguintes, D. João VI deu início a um processo de desenvolvimento da colônia que culminou com a inevitável separação com a metrópole.

Porém, em abril de 1821, D. João VI retornaria para Portugal e deixaria seu filho D. Pedro com um Brasil aos farrapos. Além do país falido, após o esvaziamento dos cofres nacionais por seu pai, D. Pedro encarava um Brasil socialmente dividido.



FIGURA 1 – Chegada da Família Real ao Brasil

Fonte: Google. Disponível em: <https://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha_web/multimedia_web/Paginas/7-marco-1808-chegada-familia-real-brasil.aspx>

Enquanto as ideias revolucionárias, advindas do iluminismo e da Revolução Francesa, atreladas à noção de identidade nacional permeavam as mentes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, contribuindo para o amadurecimento do rompimento com Portugal, as províncias do Norte e do Nordeste ainda cultivavam simpatia pela metrópole, demonstrando um acentuado espírito português.

É de certa forma curioso o fato de que o processo de independência teve maior motivação no seio português do que entre brasileiros. Na época, eram raros aqueles que apoiavam a separação entre os dois países.

A metrópole iniciaria um processo de pressão sobre a colônia para reaver os laços de superioridade, impondo submissão e isolamento. Sob pressão e com um grande “Brasil problema” na mão, o príncipe regente chegou próximo de entregar-se novamente às imposições portuguesas e retornar à metrópole após exigência da mesma. Contudo, na manhã de domingo, em 9 de janeiro de 1822, uma petição constando 8 mil assinaturas deixava extensa fala para que D. Pedro permanecesse no Brasil. Apenas na tarde do mesmo dia o príncipe marcaria a história brasileira com o tão famoso dia do fico.

Incentivado pela postura arrogante e autoritária das cortes portuguesas, dava-se início ao período mais visível da nossa Independência, ou seja, os conflitos. O primeiro fato ocorreu dois dias após o dia do fico, quando a Divisão Auxiliadora, vinda para o Brasil em 1817, se rebelou sob o comando do General Jorge de Avilez

Zuzarte de Sousa Tavares e ocupou as ruas do Rio de Janeiro, exigindo o cumprimento das ordens emitidas pelas Cortes.

Após reunião com suas lideranças militares, D. Pedro resolveu pela convocação imediata da milícia e, de acordo com Daróz (2013, p.40), em poucas horas, mais de 6.000 homens foram reunidos no Campo de Santana.

No dia 12 de janeiro de 1822, após o imperador nomear o General Curado como Governador das Armas da Corte, surgiu, de fato, o Exército Brasileiro.

Segundo Frota (2000, p. 250), sob o comando do Tenente-General Joaquim Xavier Curado, reuniram-se populares, soldados brasileiros, padres e Guarda de Polícia, todos cumprindo as ordens do príncipe regente em cercar as tropas de Avilez, rendendo-os no Monte do Castelo e, posteriormente, compelindo-os a retirarem-se para Niterói. Após isso, em 9 de fevereiro, D. Pedro ordena retirada das tropas de Avilez para Portugal (Figura 2).



FIGURA 2 – O Príncipe D. Pedro a bordo da fragata União aponta para o General Jorge Avilez o caminho de volta para Portugal
Fonte: FROTA (2000, p. 248) – Acervo do Museu Paulista (óleo sobre tela de autoria de Oscar Pereira da Silva)

Fruto de seu nascimento em berço português, a força terrestre brasileira herdou as características, armamentos, uniformes e organização lusitanas, aspectos

que ficaram arraigados em sua história e contribuíram para a sua evolução. No entanto, o Exército Brasileiro, como conhecemos hoje, teve, nas suas origens, uma estruturação de certa forma feita às pressas.

Após declarado o intuito brasileiro de se desvencilhar dos laços com Lisboa e estando o Brasil ocupado com diversas unidades do Exército Português, o recém-criado Império precisou tomar diversas medidas de reestruturação interna, além de mobilizar e organizar uma força armada brasileira capaz de confrontar o poder militar lusitano e consolidar a independência. Para isso, requereu-se um recrutamento rápido e com máximo de efetivo possível.

1.1 PROBLEMA

A transformação do Brasil colônia em uma nação independente custou o sangue de muitos brasileiros e defensores dos interesses da nação. A guerra que se anunciava revelava-se longa, financeiramente onerosa e desgastante.

Portanto, como, apesar de todas as dificuldades e perspectivas de fracasso, pode-se estruturar uma força armada, ou melhor, um Exército Imperial capaz de fazer frente ao julgo português?

1.2 OBJETIVOS

O presente estudo pretende identificar e analisar como se deu a mobilização do efetivo militar necessário para o estabelecimento da independência do Brasil.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Recordar, sucintamente, o contexto político que envolvia o Brasil de 1822;
- b) Identificar as condições social e militar, em que o Brasil se encontrava nos momentos antes do desenrolar da guerra de independência, explorando as nuances históricas em torno da consolidação da nação independente;
- c) Analisar as medidas tomadas para se organizar a força armada necessária à imposição da independência brasileira; e
- d) Reunir as lições aprendidas com os fatos que ocorrem entre 1821 e 1824, durante o processo de formação do Exército Brasileiro.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Este trabalho buscou aproveitar a aproximação das comemorações acerca do Bicentenário da Independência do Brasil para resgatar informações históricas não abordadas nas esoladas de formação. Partindo deste princípio, temos como principal justificativa a importância do estudo da História Militar pelos oficiais das Forças Armadas.

Atualmente, a existência de um mundo globalizado, fragmentado e de constantes conflitos entre nações torna indispensável saber reconhecer como se desenvolve a história mundial, a fim de interpretar os sinais, relacionando-os com os interesses nacionais e buscando identificar tendências futuras, tudo com o objetivo de definir o que e como fazer. Isso é política e estratégia.

O estudo metuculoso da História Militar pode proporcionar uma valiosa visão em perspectiva para o exame crítico dos problemas contemporâneos. [...] proporciona ampla base cultural e técnico-profissional e desenvolve o poder de análise e percepção, contribuindo para a tomada de decisões em situação crítica (CARVALHO, 2001, p. 18-20).

Portanto, é imprescindível o militar conhecer e entender não só os fatos históricos, mas, principalmente, aqueles que nos conduziram até o que somos hoje, dentre esses, os que marcaram nossa formação como Força Armada brasileira. Afinal, segundo Liddel Hart (2012, p. 7, tradução nossa), “a história nos mostra o que evitar, mesmo que não nos diga o que fazer”.

O trabalho pretende, ainda, fomentar o interesse dos militares pela História Militar, entendendo que o seu estudo é de grande importância para a evolução doutrinária, além de estimular o desenvolvimento de um sentimento patriótico e de servir como insumo intelectual para as diversas tomadas de decisões em seus diversos níveis.

2 METODOLOGIA

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou, basicamente, a leitura analítica e o fichamento das fontes.

Este trabalho seguiu uma abordagem de pesquisa pura, na qual a produção do conhecimento científico realizou-se teoricamente, por meio de um estudo bibliográfico e documental. Partindo desse princípio, a elaboração da pesquisa contou com um aprofundamento de estudo de cunho exploratório e explicativo.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, por apresentar características que correspondem às necessidades do presente estudo, pois: não há necessidade de se obter amostras representativas de grandes populações; não se detém apenas ao formato de perguntas e respostas previamente estruturadas; os dados coletados são predominantemente descritivos; e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa recordando a situação militar, política e social do Brasil entre o fim de 1821 e meados de 1822, a fim de esclarecer as necessidades e objetivos da época. Isso viabilizou a análise do objetivo do presente trabalho. A fim de solucionar o problema de pesquisa, o estudo baseou-se em uma revisão de literatura no período de 1821 a 1824. Essa delimitação baseou-se na necessidade de identificar os principais acontecimentos dentro de todo o processo de consolidação da independência brasileira.

Utilizaram-se as seguintes palavras-chave durante o levantamento das obras, bem como seus correlatos em inglês e espanhol: exército imperial brasileiro; processo de independência do Brasil; mercenários do imperador; uso de mercenários durante as guerras de independência brasileira; e evolução militar do Brasil; na base de dados da Biblioteca Nacional, Scielo, em sítios eletrônicos de procura na internet e biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), sendo selecionados apenas os artigos em português, inglês e espanhol. O sistema de busca foi complementado pela coleta manual de relatórios militares, documentos históricos oficiais, legislação brasileira, bem como de manuais de campanha do Exército Brasileiro.

a. Critério de inclusão:

- Estudos relacionados ao processo de independência do Brasil, abrangendo o período de 1821 a 1824;
- Estudos sobre a composição social e militar brasileira da época; e
- Estudos relacionados as diversas batalhas inseridas no processo de independência.

b. Critério de exclusão:

- Estudos cujo foco principal sejam levantamentos biográficos dos atores da época; e
- Estudos sem referências ou baseados em opiniões pessoais.

2.2 COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados deteve-se, basicamente, na consulta a documentos e bibliografias, pois se observou que existe uma razoável quantidade de estudos sobre o período em estudo, porém, percebeu-se uma certa dispersão das informações acerca da delimitação do problema.

Durante a análise dos dados observou-se a objetividade das informações e o período que abrangiam, a fim de não utilizar dados atemporais. Quanto à confiabilidade da obra e o do documento utilizado, foram analisados os estudos realizados por historiadores militares bem como por civis de renome. No entanto, entende-se que a internet possui diversas informações úteis e fidedignas, merecendo uma atenção mais dedicada, a fim de colher o máximo de informação acerca do tema estudado.

Por fim, buscando contribuir para o bom andamento da pesquisa proposta, foram previamente relacionados alguns campos de pesquisa, por conterem um expressivo acervo histórico relacionado ao problema deste trabalho. Esses campos de pesquisa são: Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro, RJ; Biblioteca do Museu Imperial, em Petrópolis, RJ; Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no Rio de Janeiro, RJ; e os diversos sítios eletrônicos e bancos de dados históricos localizados na internet.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelo Decreto de 22 de abril de 1821, assinado por D. João VI, o Príncipe D. Pedro era incumbido da Regência do Brasil. O retorno do rei para Portugal, marcado para o dia 26 de abril, marcaria o início de uma nova época para o Brasil. A recomendação de D. João VI ao seu filho, dias antes de retorno à metrópole portuguesa, ilustraria muito bem o que estaria por vir: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros” (FROTA, 2000, p. 244).

Infelizmente, o cenário deixado ao príncipe não era dos melhores. Além da sociedade brasileira encontrar-se ideologicamente e politicamente dividida, D. João VI esvaziou os cofres do tesouro nacional. Em dezembro de 1821, a dívida brasileira atingiria o montante de 9.800 contos de réis, cerca de 600 milhões de reais (GOMES, 2010, p. 56).

Foi graças ao radicalismo das cortes portuguesas, que buscavam devolver o Brasil à condição de colônia, bem como fragmentar o território em meras províncias, com o objetivo de melhor controlá-lo, além da transparente falta de sensibilidade política, que a ruptura tornou-se iminente.

Em carta, de 22 de setembro de 1822, D. Pedro expressa a seu pai todo o sentimento envolvido na decisão de desacatar as determinações das Cortes portuguesas e prosseguir com a independência brasileira:

Meu Pai Senhor,

[...]

Embora se decreta a minha deserção [...] a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: “Vede o fim de quem se expôs pela pátria, imitai-me”. [...] Se o povo de Portugal teve direito de se constituir – revolucionariamente – está claro que o povo do Brasil o tem dobrado [...]. [...] hei por bem declarar a todos os decretos pretéritos dessas facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadas, hediondas e pestíferas Cortes [...] nulos, írritos, inexecutáveis [...]. Se esta declaração tão franca irritar mais os ânimos desses luso-espanhóis, que mandem tropas aguerridas e ensaiadas na guerra civil, que lhes faremos ver qual é o valor brasileiro. [...] Jazemos muito tempo nas trevas; hoje vemos a luz. [...] **Triunfa e triunfará a independência brasileira, ou a morte nos há de custar.** O Brasil será escravizado, mas os brasileiros não: porque enquanto houver sangue nas nossas veias há de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o – Rapazinho – e até que ponto chega a sua capacidade, apesar de não ter viajado pelas cortes estrangeiras. Peço a Vossa Majestade que mande apresentar esta às cortes! [...] Pedro (CASTRO, 1995, p. 149-151, grifo nosso).

3.1 UM DIA CORDEIRO, NO OUTRO, LOBO

A presença militar no Brasil, até o século XIX, era modesta, reduzindo-se a poucas tropas portuguesas. Quando iniciava um conflito interno, efetivos eram organizados e, após sufocada a revolta, o marasmo tomava conta de todos. Com o tempo, se comparado ao infeliz abandono militar, humildemente se formou um considerável número de soldados brasileiros, contudo, pouco ou nada tinham o que fazer.

Porém, em 10 de março de 1808, dois dias após a chegada da família real ao Brasil, D. João nomeava o competente Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, e a vida mansa e pacífica que reinava nos quartéis foi abruptamente alterada.

Linhares encarregou-se de aumentar os efetivos militares e estruturar as bases para uma organização efetiva do Exército. Enquanto colocava-se ordem na casa, iniciava-se a militarização do Brasil. O Rio de Janeiro começava a se tornar uma praça de guerra. Contudo, o campo militar, no quesito quantidade, ainda era português, mas, a partir de meados de 1821, isso teria que mudar.

3.2 O GRITO DO IPIRANGA E A ESCASSEZ MILITAR

O grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, apenas oficializou o processo de construção do grande quebra-cabeça brasileiro, um processo incerto, árduo e longo. A guerra de independência, ou as guerras, iniciou-se antes do brado de Independência ou Morte, durando pelo menos 21 meses, de fevereiro de 1822 até novembro de 1823. Para esse trabalho, D. Pedro pode contar com o apoio incessante do ilustre José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”.

No livro *1822*, de autoria do jornalista e escritor Laurentino Gomes, o Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt, diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, teceu um comentário interessante quanto à Independência do Brasil:

Quando se olha para trás, 1822 parece um milagre. É inacreditável como uma parte da elite brasileira conseguiu envolver o príncipe regente nos seus planos, separar-se de Portugal e, principalmente, manter o país unido quando tudo indicava que o caminho mais provável seria a guerra civil e a fragmentação territorial (GOMES, 2010, p. 17).

De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente de tudo. O medo de uma rebelião escrava pairava como um pesadelo sobre a minoria branca. Os analfabetos [cultivados por Portugal] somavam mais de 90% dos habitantes

[de um total de 4,5 milhões]. Os ricos [...] eram poucos e, em sua maioria, ignorantes (GOMES, 2010, p. 55).

Comparar a independência brasileira a um milagre não é de certa forma um exagero. Estando à beira da falência, o Brasil não possuía exército nem marinha, os oficiais eram praticamente inexistentes e mal pagos. Não haviam armas ou munições, os canhões não funcionavam. A grande massa dos poucos soldados andava descalça e empunhava qualquer tipo de ferramenta que pudesse servir para combater.

Esse cenário de escassez militar já era de se esperar. Até o século XIX, a presença militar em solo brasileiro, além de ser basicamente portuguesa, não era prioridade. Segundo Lemos (1993, p. 124), no que tange à segurança interna, o povo brasileiro era dócil e sem aspirações libertárias. “O abandono militar era uma consequência natural dessa pacífica situação”.

Inicialmente, as possibilidades de sucesso pareciam remotas: o tesouro [brasileiro] estava vazio e o país dividido, enquanto Portugal contraía empréstimos e aumentava [em número] suas forças com navios e homens. [...] Era apenas uma questão de tempo até os brasileiros serem subjugados (VALE, 1996, p. 8, tradução nossa).

Portugal, a despeito da crise político-social desencadeada pela Revolução Liberal do Porto, mobilizava seus recursos e meios para defender os interesses da metrópole. Os boatos de que se mobilizava uma colossal expedição punitiva eram motivos suficientes para tirar o sono do imperador. Além disso, apesar de modestas, já existiam tropas militares portuguesas no Brasil, as quais eram mais bem treinadas e organizadas do que o pequeno número de militares brasileiros. A partir de 1821, em resposta a insubordinação de D. Pedro, essas tropas transformaram-se em um verdadeiro exército de ocupação.

A existência de forças militares fiéis à metrópole portuguesa configurava-se o maior obstáculo à rápida organização interna. Era necessário expulsá-las urgentemente.

Portanto, o príncipe, agora Imperador D. Pedro I, necessitava de soldados. Além disso, em um território com mais 8.000 quilômetros de litoral, era imprescindível estabelecer o domínio dos mares, “o imperador sabia que a sorte da independência seria travada no mar” (FROTA, 2000, p. 260). O sucesso em terra só seria possível com o emprego de uma marinha de guerra eficaz. Contudo, segundo Vale (1996, p. 13-14), enquanto Portugal possuía 14 navios de guerra com um total

de cerca de 400 canhões, os brasileiros usufruíam de, no máximo, metade do armamento distribuído em apenas 8 embarcações confiáveis.

A proclamação da independência do Brasil foi recebida em Portugal como uma declaração de guerra. D. Pedro I, agora Imperador, teve que enfrentar a resistência e a hostilidade de tropas portuguesas estacionadas no Brasil, em um conflito que duraria mais de um ano, tendo como principais cenários as províncias da Bahia, Maranhão, Piauí, Cisplatina e Grão-Pará. O Exército Imperial precisava ser rapidamente organizado. A guerra era inevitável (DARÓZ, 2013, p. 41).

3.3 MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA E MILITAR

A situação material da Marinha, apesar de discrepante, não era tão desesperadora quanto a da força terrestre. Várias medidas de arrecadação de fundos para a compra de navios, armas e munição foram desencadeadas, porém, o problema era a falta de pessoal, pois sem homens, muitos homens, o navio não saía do local.

Além dos tradicionais empréstimos internacionais, listas percorreram o país com a finalidade de recolher doações e fundos. “Era a primeira vez que os brasileiros se mobilizavam em torno de uma causa comum. Até mesmo pessoas humildes enviavam contribuições para o Rio de Janeiro, [...] como alianças de casamento e noivado” (GOMES, 2010, p. 164).

Assim como no mar nos faltavam oficiais e marinheiros para comandar e defender os navios, em terra as dificuldades se reproduziam. O ainda mal consolidado Exército Brasileiro, organizado nos moldes portugueses, era dividido em três linhas. As tropas de primeira linha, profissionais, recebiam soldo e eram dominadas por oficiais portugueses. As outras duas linhas constituíam a reserva, sendo convocadas em caso de emergência. Seus integrantes não eram pagos e, apesar de simpatizarem com a causa brasileira, eram mal treinados e encontravam-se dispersos em todo o território nacional. Oficialmente, o Exército Imperial só surgiria como instituição organizada em 1º de dezembro de 1824 (LEMOS, 1993, p. 14).

A primeira estratégia de recrutamento foi de certa forma simples. O imperador concedeu um prazo de quatro meses para que os militares portugueses decidissem lutar ou não pelo Brasil, sendo expulsos aqueles que se negassem. Após a rebelião da Divisão Auxiliadora sob o comando do General Avilez, em 11 e 12 de janeiro de

1822, estima-se que entre 400 e 600 soldados portugueses desertaram e foram incorporados ao Exército Brasileiro.

A chegada de uma esquadra portuguesa em 9 de março de 1822, com 1.250 homens, marcou a segunda debandada de militares portugueses. D. Pedro, segundo Daróz (2013, p. 47), “instou as tropas a obedecerem as suas ordens e somente permitiu o desembarque dos soldados que decidissem passar para os corpos brasileiros”. Os oficiais não foram aceitos devido à lealdade duvidosa. Nessa ocasião, cerca de 900 soldados passaram para o lado brasileiro e, para trás, ficou uma preciosa contribuição para a nascente Marinha do Brasil: a fragata Real Carolina, com 44 canhões.

O recrutamento interno foi a segunda medida, que já era de se esperar. Portanto, o imperador abriu o voluntariado e reduziu o tempo de serviço, o que anteriormente eram oito anos, agora passariam a ser três anos de serviço militar.

Apesar da redução do tempo de serviço, o alistamento voluntário não funcionou muito bem. A aversão ao serviço militar era generalizada, fruto do baixo conceito que o Exército gozava em meio a população, fato constatado nos dizeres dos pais com filhos rebeldes: “Este diabo não presta nem para soldado!” (LE MOS, 1993, p. 96). Como consequência, inciou-se o recrutamento obrigatório e, posteriormente, forçado, cujo tempo de serviço militar seria de 16 anos. Segundo Daróz (2013, p. 43), ficariam de fora apenas “algumas categorias julgadas essenciais, como caixeiros, boleiros, feitores, administradores de fazendas, marinheiros, estudantes com bom aproveitamento ou trabalhadores de unidades fabris”.

Todos os homens brancos solteiros e pardos libertos, entre 18 e 35 anos de idade e, como herança da mentalidade portuguesa de recrutamento, em sua grande maioria, vagabundos, ociosos e/ou de má conduta, esse era o universo a ser recrutado compulsoriamente. Portanto, para garantir que esses futuros soldados fossem realmente incorporados às fileiras do Exército, a criatividade seria extremamente necessária e não se descartava o uso da brutalidade.

Hilariamente, se não fosse sério, a chegada ao Rio de Janeiro dos brasileiros convocados para o serviço militar. [...] Alguns, mais rebeldes, também com gargalheira. Um que outro, mais abonado, no lombo de um muar, pés algemados por baixo da barriga da besta, mãos amarradas às costas. [...] Por fora, formando um quadrado, a escolta armada até os dentes, vez por outra baixando o cacete em algum mais desaforado. As fugas, mentiras, simulações e outros expedientes usados pelos brasileiros para escapar à fúria recrutadora do governo serviram apenas

para estimular a criatividade, muitas vezes jocosa, das autoridades (LEMOS, 1993, p. 100).

O alistamento gerava um pavor tão grande entre os jovens, que muitos amputavam dedos na tentativa de se eximir do serviço militar. Esse problema foi resolvido, segundo Gomes (2010, p. 165), pela Portaria de 13 de janeiro de 1824, cuja redação não dispensava os candidatos que possuíssem falta de dentes, de um dedo da mão direita ou do olho esquerdo.

O recrutamento forçado era de certa forma pitoresco. No Rio de Janeiro e em outras províncias, era comum colocar uma banda de música na praça principal para atrair a população. Após a chegada da rapaziada curiosa, uma patrulha adestrada caía em cima arrebatando os futuros soldados na laçada. Quando o assunto é inovar no recrutamento, o destaque fica com Minas Gerais. Convocava-se a população para uma procissão fora de época e, para aumentar o espanto dos padres, brotavam soldados do Império que, na base da paulada, arrebanhava os fiéis apavorados, enviando-os para os quartéis do Rio de Janeiro.

A Marinha não ficou por baixo e, além da compra acelerada de escravos e a conversão de criminosos em marinheiros, desenvolvia um recrutamento com estilo e a pau e corda:

No Rio de Janeiro, o recrutamento se fazia entre os marinheiros dos navios mercantes nacionais que encontravam no porto e, também, nos logradouros públicos e nos mais sórdidos antros da cidade, arrebanhando os marginais, vadios, ou criminosos que neles perambulavam.

Nos navios mercantes, a operação de recrutar constituía verdadeira “razzia” [batalha], na qual forças comandadas por oficiais invadiam os navios, alta madrugada, quando a vigilância era pouca e as guarnições ainda estavam dormindo (GREENHALGH, 1965, P. apud LEMOS, 1993, p. 104).

Jovens, brancos, negros forros e até índios. O certo é que, foi por meio do voluntariado e, principalmente, do eficiente alistamento forçado que a guarnição da Corte cresceu consideravelmente em número de homens, já a qualidade continuou deplorável. “Em que pese a qualidade e o espírito combativo destes homens, foram eles que combateram e expulsaram os portugueses do Brasil” (DARÓZ, 2013, p. 44).

A expulsão das tropas portuguesas não arrefeceu o recrutamento para o Exército Imperial. Foi a partir desse momento que as necessidades aumentaram, fomentadas pela Confederação do Equador no nordeste, a causa da Cisplatina no

Sul e a política liberal no centro do país. Enfim, a Guerra de Independência era lutada em duas frentes, uma externa e outra interna.

Exército e Marinha competiam ferrenhamente na busca de efetivos para suas unidades, porém, naturalmente, o estoque de vagabundos e negros forros estava se esgotando. Precisava-se de mais soldados e a terceira e inevitável estratégia de recrutamento foi, resumidamente, enviar o alemão, residente no Brasil, Jorge Antonio Von Schaeffer à Europa com a missão de enviar ao Brasil mercenários estrangeiros. Curiosamente, Schaeffer partira para a Europa em agosto de 1822, um mês antes do fatídico grito do Ipiranga, afinal de contas, a independência já iniciara em 1821.

Enquanto Shaeffer se encarregava de recrutar efetivos para o Exército, o militar, diplomata e político brasileiro Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, mais conhecido como Marquês de Barbacena, desencadeava a contratação de marinheiros na Inglaterra.

3.4 OS ESTRANGEIROS

Com o fim das guerras napoleônicas, o continente europeu constituía um celeiro de soldados experientes e adestrados em combate. Brant Pontes, buscando aliar a gritante necessidade de homens para a Marinha Imperial com a situação precária do Erário, obteve, na medida do possível, excelentes resultados em Londres.

Já em janeiro de 1823, comunicava a José Bonifácio a remessa de 600 marinheiros. Em março, até mesmo um Almirante já se achava em condições de vir para o Brasil (LEMOS, 1993, p. 111).

Passo a passo a força naval guarneceu-se com ingleses mercenários. Foi graças ao incansável trabalho desenvolvido por Brant Pontes, em Londres, que a Marinha Imperial pôde cumprir sua missão na Guerra da Independência e na Guerra da Cisplatina.

Além de ingleses, alguns poucos chilenos foram trazidos, assim como o Lord



Alexander Thomas Cochrane, 10º Conde de Dundonald, o qual ocupou o cargo de 1º Almirante da Marinha Imperial. Tal posto fora criado especialmente para ele, cujo desempenho fora decisivo para o sucesso da independência e unidade do império brasileiro.

FIGURA 3 – Estrangeiros do Exército Imperial

Fonte: DARÓZ, 2013, p. 49

Os navios que aportavam no Rio de Janeiro não escapavam do aliciamento. Ocasão em que o norte-americano David Jewett, capitão da brigue Maipu, aceitou a proposta brasileira (FROTA, 2000, p. 260), vendeu seu navio ao Brasil e, assumindo o posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, comandou sua própria tripulação, a qual também fora contratada (LEMOS, 1993, p. 112).

Após as tentativas de recrutamento na Áustria, Inglaterra e França fracassarem, “chegou-se a Alemanha, como único lugar onde poderiam ser recrutados mercenários bons, disponíveis, e de relativa confiança” (LEMOS, 1993, p. 14). O principal impedimento à imigração de mercenários era o fato de que na maioria dos países europeus era proibido a saída dos mesmos de seus territórios.

As estatísticas que envolviam as tentativas de colonização estrangeira no Brasil não eram as melhores. Chineses, italianos e suíços, todas foram um fiasco. Porém, o momento era crítico e o sucesso da imigração dos mercenários estrangeiros era a única opção.

A proibição europeia tinha que ser driblada e a saída encontrada foi contratar soldados sob o rótulo de colonos. Portanto, não havendo restrições legais à saída de colonos, como no caso da Áustria, a Alemanha tornou-se a principal e única fonte de soldados para complementar os quadros do Exército Imperial.

Segundo Lemos (1993, p. 35), em 21 de agosto de 1822, Schaeffer recebera de José Bonifácio um documento intitulado “Instruções particulares para servirem de Regulamento ao Jr Jorge Antonio Schaeffer na missão com que parte desta Corte para a de Viena de Áustria e outras”, cujo parágrafo quarto deixava bem clara qual era a missão:

Depois de ter saudado as vistas de Corte de Viena e dos outros príncipes da Alemanha, e de ter procurado interessá-los a favor do Brasil, passará a outro ponto essencial de sua missão, que vem a ser: ajustará uma colônia rural-militar que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos Cossacos do Don e do Ural; a qual se comporá de duas classes.

1ª De atiradores que debaixo do disfarce de colonos serão transportados ao Brasil, onde deverão servir como militares pelo espaço de seis anos.

2ª De indivíduos puramente colonos, aos quais se concederão terras para seu estabelecimento, devendo porém servirem como militares em tempo de guerra, à maneira de Cossacos ou milícia armada, vencendo no tempo de serviço o mesmo soldo que tem as milícias portuguesas quando se acham em campanha (LEMOS, 1993, p. 35, grifo nosso).

Os resultados, naquela época, não eram tão rápidos quanto hoje. Sendo assim, somente em 27 de julho de 1823, a missão de Schaeffer começou a apresentar resultados. Nessa data, o navio holandês Argus partira da Alemanha com 134 colonos e 150 mercenários, aportando na baía de Guanabara em 07 de janeiro de 1824. Após essa primeira remessa, Schaeffer enviaria 26 viagens, totalizando mais de 3.000 soldados.

Portanto, dentre os resultados oficiais e os não oficiais a proporção de imigrantes, ao término da missão, era de 3 soldados para 1 colono, totalizando cerca de 4.500 soldados e 1.500 colonos. Contudo, muitos jovens, fortes e sadios escaparam do serviço militar valendo-se da corrupção que, segundo Lemos (1993, p. 87) “sempre caracterizou os imperiais funcionários encarregados da sua

recepção. Como resultado, a quantidade de alemães incorporados às fileiras do Exército Imperial não excedeu o número de 3.000 homens”.

Apesar dos percalços, os contingentes estrangeiros trazidos pelos navios Argus, Caroline, Anna Louis e Germania, entre outros, foram o suficiente para que o 2º Batalhão de Granadeiros e o 28º Batalhão de Caçadores, unidades totalmente alemãs, fossem organizados.

3.5 O ARMAMENTO

Sobre o pouco armamento utilizado para se fazer a guerra de independência não há muito o que se falar, tudo muito simples. Afinal, era o que cabia no bolso.

No ano de 1822, a recém-criada Marinha Imperial chegou a possuir uma Nau, quatro fragatas, duas corvetas, seis brigues e diversas outras embarcações de menor calado (MAIA, 1965, p. 57 apud LEMOS, 1993, p. 109).

Quanto ao armamento do Exército, a infantaria era dotada, basicamente, da pesada espingarda de pederneira, de alma lisa, no modelo 1822. A mesma que havia protagonizado os campos de batalha nas guerras napoleônicas.



FIGURA 4 – Esquadra brasileira deixando as águas do Rio de Janeiro com destino à Montevideu, para combater na Cisplatina

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval>>

O carregamento da arma era realizado pelo cano: rasgava-se, no dente, um

saquinho de pólvora (talvez, por esse motivo os banguelos eram mandados para a Artilharia), derramava-se parte na boca da arma e outra na cassoleta e, em seguida, socava-se o projétil envolto no papel do cartucho. Após isso, a arma estava pronta para o tiro.

O problema era que todo esse passo a passo resultava em uma enorme dispersão do tiro, um demorado recarregamento e diversas falhas no disparo. Por esse motivo, a baioneta era essencial.

Os canhões da Artilharia obedeciam a um funcionamento semelhante ao da espingarda, contudo, em proporções maiores.

3.6 NASCE O EXÉRCITO BRASILEIRO

Uma coisa é certa, se D. Pedro I não tivesse dado a devida prioridade para a organização das Forças Armadas imperiais, a independência brasileira teria sido um fiasco.

Lemos (1993, p. 129) foi muito feliz em sua colocação ao afirmar que “o Exército Imperial tornou-se o objeto das mais precursoras medidas de integração nacional registradas na nossa história”. Exemplo disso era o juramento, um compromisso de honra único em todo o território, formalizado no Decreto nº 61-GUERRA, de 22 de abril de 1823, e a instituição de um soldo militar único, para todas as províncias, conforme o Decreto nº 70-GUERRA, de 29 de abril de 1823.

Em 25 de março de 1824, a Constituição outorgada pelo imperador institucionalizava o Exército Imperial e, em 1º de dezembro, a publicação da “Tabella da Nova Organização do Exército de 1ª Linha” (LEMOS, 1993, p. 132) realizaria a alteração mais marcante na estrutura herdada do sistema militar português.

Com o Decreto de 1º de dezembro de 1824 a Infantaria seria organizada em Batalhões, a Cavalaria em Regimentos e a Artilharia em Corpos. A desorganização generalizada entre as organizações militares daria, agora, lugar a uma numeração sequenciada. Em meio a essas e outras mudanças mais, o Exército Imperial de 1ª Linha passa a ser organizado em: 1 Batalhão do Imperador; 3 Batalhões de Granadeiros; 27 Batalhões de Caçadores; 7 Regimentos de Cavalaria; e 17 Corpos de Artilharia.

No papel tudo estava certo, mas, infelizmente, na prática, a figura era outra.

Sob a ótica do um mercenário alemão, incorporado como Brummer, em 1850, observa-se que o as tropas eram o reflexo do Brasil independente. Tais observações se encaixariam perfeitamente em 1824:

O aspecto de um destes batalhões brasileiros de linha, com seus grotescos fardamentos de gala, copiados do exército inglêz, francêz portuguez; [...] é na realidade, tão peculiarmente cômico, que nos relembra os theatros de títeres e as estampas coloridas do tempo de nossa infância. Aqui perfila-se um negro, com a sua chata e inexpressiva physionomia africana, entre um feio mulato amarello e um índio acobreado, cuja procedencia é evidente nos traços do semelhante. De quando em quando observa-se na fileira um Brasileiro pallido e franzino. A todos, porem, fallece igualmente o garbo marcial, a attitude e o desenvolvimento physico que caracterizam o soldado europeu. Homens altos e baixos, velhos e moços, indivíduos esbeltos e outros curvados pelo antigo labor de escravo, formam alli uns ao lado dos outros, na mesma fila. E, entretanto, estes chamados soldados são admiráveis em supportar privações, quer em marcha, quer acampados. Possuem uma rizeza de corpo, uma taciturna e indolente docilidade, e uma sobriedade em comer e em beber, que os habilitam a transpôr, como carregadores, as vastas paragens desertas da América Meridional, sem que jamais lhes ocorra indagar par aonde são conduzidos, ou porque motivo real têm de marchar (LEMOS, 1993, p. 133).



FIGURA 5 – Exemplo de tropas irregulares brasileiras na Bahia
Fonte: DARÓZ, 2130. p. 46

A relação superior-subordinado era inexistente, estava mais para feitor-escravo. A disciplina desleixada, mantida a base da cacetada. Doutrinariamente, o Exército ainda se encontrava no século XVI, resumindo a tática ao ataque em linha

e a defesa em quadrado. Os soldados eram analfabetos. Os problemas eram evidentes e as alterações e melhorias extremamente necessárias demorariam para sair do papel. Infelizmente, a proposta deste trabalho não tem por objetivo entrar nesse assunto, mas fica proposta de um campo a ser investigado pelo leitor.

Contudo, há de se reverenciar a bravura de mestiços, brancos voluntários ou recrutados à força, negros, portugueses, mercenários estrangeiros e índios, os quais formaram o Exército Imperial brasileiro e, sem os quais, não seria possível termos chegado aos dias de hoje. Muito embora bastante heterogêneos, seguindo uma ideologia ou apenas interessados nos proventos e possuidores de um deficiente treinamento, foram esses homens que, de armas nas mãos, repeliram aqueles que seguiam os intuitos de Lisboa e consolidaram a Independência do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e aos objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, ampliando a compreensão sobre alguns detalhes do processo de independência do Brasil.

Além disso, o processo de construção do conhecimento histórico militar e o consequente trabalho de busca pelas informações necessárias contribuiu, sobremaneira, com o desenvolvimento do interesse pela História Militar.

4.1 ANÁLISE

A compilação de dados permitiu identificar que o processo de consolidação da independência brasileira não foi tão romântico, da forma como é tratado nos livros escolares. Ao contrário, houve uma grande mobilização militar, sem a qual não seria possível impor os interesses nacionais. Além disso, percebeu-se, infelizmente, que, apesar do sentimento de nação brasileira ter nascido em combate, na Batalha de Guararapes, em 1649, não houve um interesse de toda a população em defender o objetivo de se desvencilhar do jugo português.

Dessa forma, entende-se que, concordando com Gomes (2010, p. 17), o Brasil que conhecemos hoje deve sua existência à grandiosa capacidade de superar obstáculos que, inicialmente, pareciam intransponíveis em 1822. O grito do Ipiranga foi apenas uma etapa do processo que se iniciou em 1808, com a vida de D. João VI. A independência seria apenas o primeiro passo de uma longa e cansativa caminhada. Ainda passaríamos por inúmeras provações, principalmente no campo militar, ambiente em que se provaria o real sentimento patriótico e, com sangue, seria consolidada a nação brasileira.

4.2 LIÇÕES APRENDIDAS

É possível extrair desse episódio de nossa história uma importante lição aprendida quanto ao emprego das Forças Armadas brasileiras. Percebeu-se que a fim de garantir o sucesso do processo de independência brasileira foi necessária a mobilização de grandes efetivos militares, os quais não existiam, de fato, em solo brasileiro. As forças militares existentes eram em quase sua totalidade de nacionalidade portuguesa.

Para isso, D. Pedro I e suas lideranças tiveram um grande trabalho em reunir

militares. Tendo em vista o despreparo militar dos brasileiros, bem como a falta de interesse de boa parte, foi necessário, não só o recrutamento forçado, como a contratação de um grande número de estrangeiros, sem os quais não seria possível fazer frente ao poder militar português e àqueles que, por certos motivos, não aceitavam a independência da nação.

Portanto, como lição aprendida, percebe-se a grande necessidade de ser ter um incessante processo de formação de uma opinião pública favorável às Forças Armadas, consolidando uma confiança por parte de todos e uma forte credibilidade. Além disso, o sentimento de amor à Pátria deve ser difundido desde os berços escolares, ressaltando as atividades cívicas de culto aos símbolos nacionais. Sem esse trabalho, fica quase impossível obter uma resposta favorável e da grandeza necessária em um caso de conflito externo, onde a nação se veja ameaçada. O cidadão deve sentir-se como uma peça de um quebra-cabeça, imprescindível, sem a qual o todo permanecerá incompleto e frágil.

Outra lição aprendida é a grande necessidade de se construir inúmeras hipóteses de emprego militar, pois, em 1822, lutamos, com grandes dificuldades, para consolidar nossa independência, agora, donos de vastos recursos naturais, industriais e tecnológicos, não podemos negligenciar a hipótese de ter que fazer frente a possíveis ameaças externas. Para isso, é de grande importância a adequada preparação e capacitação do Exército, Marinha e Aeronáutica, a fim de garantir a segurança nacional.

4.3 CONCLUSÃO

A guerra é uma arte e, como toda expressão artística, vive um constante processo evolutivo, deparando-se com novos desafios e complexidades. “Os conflitos atuais tendem a ser limitados, não declarados, convencionais ou não, e de duração imprevisível e as ameaças são cada vez mais fluidas e difusas” (BRASIL, 2014, p. 11).

Segundo Brasil (2019), para que a soberania de uma nação seja mantida, é uma condição *sine qua non* a existência de uma estrutura de defesa apropriada, se falharmos nesse aspecto, torna-se quase impossível propiciar uma maior estabilidade ao país e assegurar a proteção de seu território, de sua população e de setores estratégicos da economia.

Como parte de uma estrutura de defesa, o Exército Brasileiro, assim como as outras Forças Armadas, necessitaram e sempre necessitarão do fator humano. E, de forma primordial, em grande quantidade, pois não se sabe qual será a demanda, caso ela venha a surgir. Para isso, devemos estar sempre preparados.

Portanto, atenção especial deve ser dada ao preparo do cidadão, não somente nos quartéis ou nas escolas de formação, mas desde a sua infância. Inculcando um sentimento nacionalista e de amor à Pátria.

Hoje, superamos os percalços da escassez de efetivos. Sob a égide da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que regula o serviço militar, milhares de jovens são incorporados nos Corpos de Tropa brasileiros, após passar por uma seleção rigorosa. Ademais, a grande procura de inúmeros de jovens e adultos, homens e mulheres, pelos concursos de admissão às Forças Armadas (FA) é impressionante. Porém, apesar de numerosos, são apenas uma parcela de nossa população, cujo sentimento patriótico ainda carece de um grande desenvolvimento.

[...] se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa (BRASIL, 2008).

Diversas foram as dificuldades vivenciadas não só durante o processo de independência do Brasil, mas em toda a nossa história. A História Militar brasileira está repleta de ocasiões em que tivemos que superar obstáculos semelhantes aos ocorridos durante a consolidação da nossa independência. A resposta às dificuldades e problemas, desenvolvida e aperfeiçoada ano a ano, provavelmente seja a melhor conclusão para este trabalho de pesquisa.

Após um longo período sem participação em guerras, a percepção da população brasileira quanto às ameaças encontra-se desvanecida. Talvez, isso seja, também, um dos fatores que corroem o sentimento patriótico, por, inconsequentemente, imaginar que o Brasil, país de extremo potencial, não é cobiçado externamente.

Com base nisso, a sensibilização de toda a sociedade brasileira quanto à importância da defesa nacional e que esta é um dever de todos tornou-se um dos propósitos da Política Nacional de Defesa (PND).

A PND é o documento de mais alto nível político-estratégico, o qual

estabelece os objetivos nacionais de defesa, ou seja, garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial. Outros objetivos incluem a estruturação das Forças Armadas com adequadas capacidades organizacionais e operacionais.

Talvez, o resultado da evolução da nossa defesa nacional com maior clareza de definição e proposta de resultados para o leitor, seja a Estratégia Nacional de Defesa (END), sobre a qual podemos, pretensiosamente, dizer que é uma grande melhoria ao Decreto Imperial de 1º de dezembro de 1824, que reestruturava e organizava as nossas nascentes organizações militares.

A END trata da reorganização e reorientação das FA, da organização da Base Industrial de Defesa (BID) e da política de composição dos efetivos da Marinha, Exército e Aeronáutica (BRASIL, 2014, p. 18). Em suma, a END é a ferramenta que proporciona a execução da Política Nacional de Defesa, devido à sua orientação sistemática e às medidas de implementação.

[A END] Vem a ser o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as FA para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência desta “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças (BRASIL, 2014, p. 18).

É interessante pensar: “e se essas três medidas e/ou ações do Estado brasileiro, apresentadas anteriormente, bem como o pensamento de defesa nacional, existissem naquela época? Como teria sido nossa história?” Bom, não existiam, porém, é de suma importância podermos perceber que as diversas lições aprendidas resultaram em uma grande e constante evolução.

Como contribuição, sugiro a leitura da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, a fim de que o militar esteja cada vez mais envolvido com a estratégia militar brasileira. Brasil, acima de tudo!

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000. 307 p.

BITTENCOURT, Armando de Senna... [et al.]. **História militar brasileira I: do período colonial ao monárquico: livro didático**. Palhoça: UnisulVirtual, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.703, 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2008.

_____. Lei nº 4.375, 17 de agosto de 1964. Lei do serviço militar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 set. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB 20-MF-10.102: doutrina militar terrestre**. Brasília, 2014. 84 p.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB 70-D-10.002: concepção de preparo e emprego da força terrestre**. Brasília, 2018. 47 p.

_____. Marinha do Brasil. **História Naval**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CARVALHO, L. P. Macedo. História militar: importância, natureza, aplicação e evolução. **Revista DaCultura**, Rio de Janeiro, a. I, n. 2, p.18-22, jul./dez. 2001.

CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. 462 p.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, a. VI, n. 11, p.33-53, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-IV-11.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000. 736 p.

GOMES, Laurentino. **1822**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 351 p.

HART, B. H. Liddel. **Why don't we learn from history?** Londres: Sophron, 2012. 128 p.

KRAAI, Hendrik. **O "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia**. 2016. Vermelho. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/283124->

1>. Acesso em: 13 abr. 2019.

LEMOS, Juvencio Saldanha. **Os mercenários do Imperador**. Porto Alegre: Palmarinca, 1993. 482 p.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001. 384 p.

MALERBA, Jurandir (org). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 431 p.

MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PARQUES DE SINTRA – MONTE DA LUA (Portugal). D. Pedro D'Alcântara e Bragança. Biografia cronológica. [201-?]. Disponível em: <<http://dpedroiv.pt/cronologia/1821/abril/22/d—joao-vi-nomeia-o-principe-d--pedro-regente-do-b/60#datas>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RINK, Stefan. **La independencia de Brasil: movimientos entre espacios y el contexto de las revoluciones atlánticas, 1808 – 1831**. Disponível em: <<http://interamerica.de/current-issue/rinke/>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução ou contra-revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VALE, Brian. **English and irish naval officers in the war for brazilian independence**. 2006. Disponível em: <https://www.irlandeses.org/0607_102to114.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.

VALE, Brian. **Independece or death! British sailors and brazilian indepedece 1822-25**. Londres: I. B. Tauris & Co. Ltd., 1996. 256 p.